



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO I - DSF-I

Fl.nº 353  
Proc. TC-00143/026/11

**PROCESSO:** TC-00143/026/11  
**INTERESSADO:** GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ASSUNTO:** CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR  
**EXERCÍCIO:** 2011  
**RELATOR:** CONSELHEIRO DR. EDGARD CAMARGO RODRIGUES

**Eminente Relator,**

Apresentamos o Relatório elaborado pela DCG - Diretoria de Contas do Governador, onde se destaca a análise do Balanço Geral do Estado, com enfoque especial ao resultado orçamentário, aos percentuais de aplicação no ensino e na saúde, às despesas com pessoal, à evolução da dívida e aos pagamentos de precatórios.

O exercício de 2011 é o quarto ano de atividades da DCG - Diretoria de Contas do Governador, que dedicou-se, em especial, ao aperfeiçoamento dos trabalhos de fiscalização *in loco*.

Assim, de forma muito bem tratada, foram realizados diversos trabalhos, inclusive com o apoio das Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, englobando verificações e análises em todas as regiões do Estado, com ênfase nos seguintes programas e ações governamentais:

<b>Saúde</b>
<b>Programa 0930</b> - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP - Ação 1377 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento para Serviços de Referência
<b>Educação</b>
<b>Programa 0814</b> - Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar - Ação 2034 - Reformas e Melhorias em Prédios Escolares - Ação 2137 - Melhoria e Substituição de Prédios Escolares/Salas inadequadas
<b>Programa 0803</b> - Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental - Ação 5744 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes do Ensino Fundamental
<b>Programa 0804</b> - Melhoria da Qualidade do Ensino Médio - Ação 5746 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes de Ensino Médio
<b>Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional</b>
<b>Programa 2909</b> - Gestão em Economia e Planejamento - Ação 2291 - Desenvolvimento de Projetos de Reutilização de Próprios do Estado - Ação 5533 - Administração do Patrimônio Imobiliário



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO I - DSF-I

Fl.nº	354
Proc.	TC-00143/026/11

<b>Secretaria de Estado da Segurança Pública - PMSP</b>
<b>Programa 1807</b> - Policiamento Ostensivo - Ação 4718 - Policiamento Comunitário - Ação 4993 - Defesa do Cidadão - Ação 4996 - Policiamento Escolar <b>Programa 1818</b> - Modernização da Segurança Pública - Ação 5004 - Reparcelamento da Polícia Paulista
<b>Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento</b>
<b>Programa 1314</b> - Infraestrutura e Logística para o Agronegócio - Ação 1195 - Melhor Caminho
<b>Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos</b>
<b>Programa 1611</b> - Gestão dos Recursos Hídricos - Ação 1153 - Suporte ao Funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO - Ação 1989 - Financiamento de Ações com Recursos da Cobrança
<b>Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>
<b>Programa 2604</b> - Gestão e Controle da Qualidade Ambiental - Ação 1359 - financiamento de projetos ambientais pelo FECOP
<b>Secretaria de Gestão Pública</b>
<b>Programa 1804</b> - Sinal Verde

Com relação ao acompanhamento orçamentário e financeiro, destacamos o acompanhamento e as análises relativas às receitas estaduais ao acompanhamento da Dívida Ativa.

Relativamente aos Precatórios, ressaltamos que a Emenda Constitucional nº 62/2009 trouxe alterações a partir do exercício de 2010, passando agora o governo estadual a depositar uma parcela da Receita Corrente Líquida em conta à disposição do Tribunal de Justiça para que este efetue o pagamento.

Relata a auditoria que os valores foram corretamente repassados e o Tribunal de Justiça utilizou R\$ 1.910.945.315 nos pagamentos de precatórios (parte dos pagamentos efetuados com recursos repassados no exercício 2010).

No presente trabalho deve ser ressaltado, também, o item que trata da avaliação dos indicadores de gestão, que traz resultados referentes à medição de 45 (quarenta e cinco) programas que compõem o Plano Plurianual - PPA - 2008-2011, bem como uma análise do período de quatro anos do PPA.

Com relação à análise dos dados apresentados, a auditoria apontou um Déficit Orçamentário de -0,5%; aplicação no Ensino de 30,15%; aplicação em Saúde de 12,43%; Despesas com Pessoal de 46,29%; e índice de 1,46 na relação Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO I - DSF-I

Fl.nº	355
Proc.	TC-00143/026/11

À elevada apreciação de Vossa Excelência, com trânsito prévio pela ATJ, SDG e PFE, nos termos regimentais.

D.S.F. I, em 11 de maio de 2012.

PEDRO ISSAMU TSURUDA  
**Diretor Técnico de Departamento**  
D.S.F.-I